



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal

Relatório de Controle Interno

Controladoria

Expediente

Governador do Distrito Federal
Ibaneis Rocha

Vice-Governador do Distrito Federal
Celina Leão Hizim Ferreira

Diretora-presidente do Iprev-DF
Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretora de Governança, Projetos e Compliance
Sylvia Neves Alves

Diretora de Administração e Finanças
Célia Maria Ribeiro de Sales

Diretor de Previdência
Paulo Henrique de Sousa Ferreira

Diretor Jurídico
Luiz Gustavo Barreira Muglia

Diretor de Investimentos
Thiago Mendes Rodrigues

Controladoria
Márcio Eduardo de Moura Aquino

Ouvidoria
Régia Marisol Hosana Silva Fernandes

Unidade de Atuária
Jucelina Santana da Silva

Unidade de Comunicação Social
Jucélio Duarte Ponciano

Elaboração
Rogério Correia

Diagramação
Unidade Comunicação Social

SUMÁRIO

Introdução	5
Gerenciamento dos Pontos de Controle	6
Diretoria de Administração e Finanças	6
Contabilização da Receita	7
Contabilidade da Despesa	9
Unidade de Atuária	10
Avaliação Atuarial e Provisões Matemáticas	10
Taxa de Administração do Regime Próprio de Previdência - RPPS	11
Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA	12
Diretoria de Previdência	15
Concessão de Aposentadoria/ Pensões	15
Análise dos Atos de Concessão de Aposentadoria e Pensões	15
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR	15
Compensação Previdenciária	18
Controladoria	19
Monitoramento de Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	20
Diretoria de Investimentos	21
Demonstrativo de Aplicações e Investimentos de Recursos - DAIR	21
Política de Investimentos	21

Carteira de Investimentos	22
Ativos Não Financeiros	24
Demonstrativo das Políticas de Investimentos - DPIN	25
Diretoria de Governança, Projetos e Compliance	29
Planejamento Estratégico	29
Certificação Pró-Gestão	30
Mapeamento e Elaboração de Manual de Processos	30
Conclusão	31

INTRODUÇÃO

A Lei nº 830 de 27 de dezembro de 1994, criou o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Distrital – SICON, em conformidade com o disposto no art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem como missão “assegurar a regular gestão de recursos públicos, com ênfase na avaliação de resultados, através de instrumentos de controle e assessoramento, com apoio constante ao órgão de controle externo”. A fiscalização e Controle de um RPPS é feita por meio de órgãos de Controles Interno e Externo.

A missão do controle interno é a de promover aos gestores informações em caráter de relevância para auxiliar na tomada de decisão, controlar processos no propósito de atingir as metas, além de resguardar à Administração na definição de suas responsabilidades com o fornecimento de análises, apreciações, recomendações, notas técnicas para garantir um controle efetivo sobre a Instituição.

As ações de controle interno do Iprev-DF são acompanhadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF por meio da Subsecretaria de Controle Interno – SUBCI/CGDF.

Por força regimental, dentre as obrigatoriedades da Unidade de Controladoria, cabe à proteção ao patrimônio público através de ações que criem estímulos à aderência às Políticas do IPREV, racionalização dos procedimentos e melhoria de processos e otimização da alocação dos recursos humanos, que incluem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade em respeito à Carta Magna.

A Controladoria do Instituto agrega em suas competências, além das atividades de controle, as atividades de Auditoria, Ouvidoria, Corregedoria e Gerenciamento de Riscos, unidade recém implantada por força de Decreto.

As ações de controle do Iprev-DF, também estão sujeitas à orientação, supervisão e fiscalização por parte da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, que tem entre outras funções a competência de realizar auditorias com vistas ao cumprimento da legislação previdenciária, além de depuração das informações encaminhadas por meio dos demonstrativos previdenciários onde é possível aferir a regularidade quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

O Controle Externo do Iprev-DF, é acompanhado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Por outro lado, tem-se o Controle Social, ferramenta de fiscalização e transparência sendo exercido pela sociedade. Um dos critérios norteadores dos RPPS é o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime (art. 1º, inc. VI da Lei 9.717/1998).

Além dos controles anteriormente citados, o Instituto conta com a participação de representantes dos servidores, do governo e dos aposentados, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, órgãos colegiados integrantes da estrutura administrativa do Iprev-DF.

GERENCIAMENTO DOS PONTOS DE CONTROLE

Dentre as atividades de Controle Interno por meio da Controladoria cabe salientar os dispositivos regimentais que compõem o alicerce de controle interno bem como o propósito normativo de atender ao Decreto nº 34.367 de 16 de maio de 2013, que enumera as Diretrizes de Controle; Decreto nº 32.840 de 06 de abril de 2011 que sintetiza às ações de supervisão técnica e do Regimento Interno que regimenta a Controladoria, Ouvidoria e demais Gerências.

Deve-se levar a cabo a inclusão em estabelecer o mapeamento adequado, mensuração e mitigação de riscos com o propósito de eliminar qualquer entropia que possa comprometer a consecução das atividades delineadas.

Cumpra estabelecer entre a Alta Administração e demais níveis o comprometimento de todas as unidades deste Instituto que, a partir de suas mensurações e riscos, possa-se evitar e antecipar às eventualidades assim ocorridas.

Estas medidas visam a prevenção dos riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, fidedignidade e à precisão da informação contábil através de procedimentos de prevenção bem como detecção como iniciativa de proteger erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contabilizada.

Ao valer dos preceitos, o IPREV em sua norma regulamentar possui como condição sine-qua-non as funções de controle interno que devem se subdividir nos seguintes formatos:

- Plano Anual de Auditoria Interna;
- Acompanhamento da Execução Orçamentária;
- Análise das Contratações;
- Gerenciamento de Riscos quanto à mitigação de erros;
- Ações de Ouvidoria e Controle Social;
- Ações de Correição e Procedimentos Administrativos.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretoria possui como estrutura regimental as Unidades interseccionais responsável pela gestão de pessoas, planejamento, orçamento e finanças, patrimônio, administração de materiais e serviços gerais.

Através dela são realizadas a gestão do capital humano da Instituição, plano de aquisições e/ou contratações, contabilidade geral com a elaboração de prestação de contas e a apresentação dos demonstrativos econômicos-financeiros, bem como o estabelecimento do planejamento orçamentário-financeiro com o acompanhamento da gestão do IPREV no que competem à elaboração de subsídios referentes ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.

Contabilização da Receita

Com o advento da EC nº 103 de 12 de novembro de 2020, a alíquota vinculada ao regime previdenciário sofreu alteração e com a recepção pela LC nº 970/2020 de 11% para 14% a partir de janeiro de 2021 e subdividem-se com as seguintes contabilizações:

Tabela 1 - Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - UG 320201-32203

<u>Mês/Ano</u>	<u>SALDO</u>	<u>Receita Orçamentária</u>	<u>Transf. Financ Receb</u>	<u>Receita Extra-Orçamentária</u>	<u>Despesas Orçamentárias</u>	<u>Transf. Financ Concedidas</u>	<u>Despesas Extra-Orçamentária</u>	<u>Saldo Bancário Conciliado</u>
Jan/23	1.709.771,49	-	1.372.610,57	-	23.972,87	-	1.200.890,82	1.857.518,37
Fev/23	1.857.518,37	30.163,87	1.372.610,57	-	1.071.556,42	-	33,08	2.188.703,31
Mar/23	2.188.703,31	18.322,68	1.372.610,57	557,34	1.112.074,85	-	-	2.468.119,05
Abr/23	2.468.119,05	224,38	1.372.610,57	-	1.085.734,64	-	-	2.755.219,36
Mai/23	2.755.219,36	27.199,68	1.372.610,57	0,03	1.122.969,52	-	-	3.032.060,32
Jun/23	3.032.060,32	23.082,79	1.372.610,57	-	1.292.394,80	-	-	3.135.358,88
Jul/23	3.135.358,88	21.674,97	1.372.610,57	-	1.173.917,66	-	-	3.355.726,76
Ago/23	3.355.726,76	16.064,35	1.372.610,57	2.238,00	1.417.102,97	-	-	3.329.536,71
Set/23	3.329.536,71	48.731,45	1.372.610,57	1.988,54	1.374.194,25	-	-	3.378.673,02
Out/23	3.378.673,02	1.651,27	1.372.610,57	348,18	1.513.286,31	-	1.956,97	3.238.039,78
Nov/23	3.238.039,76	38.189,95	-	348,18	1.579.268,45	-	-	1.697.309,44
Dez/23	1.697.309,44	-95.400,62	2.028.299,01	-438,74	1.818.023,59	-	605,83	1.811.139,67

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Tabela 2 - Fundo Solidário Garantidor - UG 320202-32203

<u>Mês/Ano</u>	<u>SALDO</u>	<u>Receita Orçamentária</u>	<u>Transf. Financ Receb</u>	<u>Receita Extra-Orçamentária</u>	<u>Despesas Orçamentárias</u>	<u>Transf. Financ Concedidas</u>	<u>Despesas Extra-Orçamentária</u>	<u>Saldo Bancário Conciliado</u>
Jan/23	3.671.074.641,57	160.816,59	14.695,89	-	-	62.779.849,54	-	3.608.470.304,51
Fev/23	3.608.470.304,51	69.222.899,00	15.091,84	-	-	15.091,84	65.015.521,44	3.612.677.682,07
Mar/23	3.612.677.682,07	24.932.582,81	15.198,79	-	-	15.198,79	17.012.703,38	3.620.597.561,50
Abr/23	3.620.597.561,50	81.095.502,01	17.198,79	46,63	-	17.198,79	6.810.966,46	3.694.882.143,68
Mai/23	3.694.882.143,68	78.663.721,36	13.198,79	-	-	13.198,79	1.035.229,68	3.772.510.635,36

Jun/23	3.772.510.635,36	42.581.441,50	15.198,79	-	-	15.198,79	184.204,58	3.814.907.872,28
Jul/23	3.814.907.872,28	67.439.045,43	15.198,79	-	-	15.198,79	367.689,17	3.881.979.228,54
Ago/23	3.881.979.228,54	-48.736.608,31	15.198,79	-46,63	-	15.198,79	-90.426.314,71	3.923.668.888,31
Set/23	3.923.668.888,31	52.286.429,71	15.198,79	-	-	15.198,79	-	3.975.955.318,02
Out/23	3.975.955.318,02	-984.917,42	15.198,79	-	-	15.198,79	-	3.974.970.400,60
Nov/23	3.974.970.400,60	26.739.543,49	15.198,79	-	-	15.198,79	-	4.001.709.944,09
Dez/23	4.001.709.944,09	190.078.671,92	15.198,79	-	-	15.198,79	-	4.191.788.616,01

Fonte: Mapa Estrategico: Controladoria

Tabela 3 - Fundo Financeiro de Previdência do Distrito Federal - UG 320206-32203

Mês/Ano	SALDO	Receita Orcamentária	Transf. Financ Receb	Receita Extra- Orcamentária	Despesas Orcamentárias	Transf. Financ Concedidas	Despesas Extra- Orcamentária	Saldo Bancário Conciliado
Jan/23	188.889.337,06	263.851.371,34	63.285.929,21	266.879,59	61.652.196,19	1.372.610,57	299.955.994,00	153.312.716,44
Fev/23	153.312.716,44	370.869.463,97	570.146,24	(156.870,18)	357.262.109,85	1.372.610,57	667,01	165.960.069,04
Mar/23	165.960.069,04	395.487.595,67	721.344,86	(29.620,10)	340.843.299,23	1.372.610,57	130.057,76	219.793.421,91
Abr/23	219.793.421,91	359.826.967,14	396.137,02	398.802,35	332.388.286,43	1.372.610,57	-	246.654.431,42
Mai/23	246.654.431,42	383.737.373,55	786.990,73	161.215,08	328.637.053,59	1.372.610,57	-	301.330.346,62
Jun/23	301.330.346,62	381.576.317,10	632.656,65	(43.512,09)	339.481.461,93	1.375.212,38	1.090,80	342.638.043,17
Jul/23	342.638.043,17	379.026.080,09	608.020,80	117.420,42	334.727.192,16	854.554,83	-	386.807.817,49
Ago/23	386.807.817,49	404.826.394,00	728.403,26	137.356,41	352.177.535,18	1.298.602,61	4.909,94	439.018.923,43
Set/23	439.018.923,43	390.175.454,97	942.628,96	170.419,10	359.273.122,25	1.298.602,61	-	489.735.701,60
Out/23	469.735.701,60	379.343.944,53	647.544,38	-13.264,85	362.435.518,18	1.544.082,36	-	485.734.325,12
Nov/23	485.734.325,12	505.917.300,34	1.128.571,53	442.247,05	361.890.425,00	3.153,13	-	631.328.865,91
Dez/23	631.328.865,91	499.405.780,50	670.616,11	-1.451.072,78	442.339.934,94	1.954.291,05	-	685.659.963,75

Fonte: Mapa Estrategico (iprev.df.gov.br)

Tabela 4 - Novo Fundo Capitalizado - UG 320206-32203

Mês/Ano	SALDO	Receita Orcamentária	Transf. Financ Receb	Receita Extra- Orcamentária	Despesas Orcamentárias	Transf. Financ Concedidas	Despesas Extra- Orcamentária	Saldo Bancário Conciliado
Jan/23	460.048.367,52	14.035.097,87	-	-	2.508,32	-	24.047,09	474.056.909,98
Fev/23	474.056.909,98	38.818.228,09	-	-	24.155,54	131,09	1.406.685,84	511.444.165,60
Mar/23	511.444.165,60	31.108.875,65	-	-	23.870,18	20.232,75	523.654,16	541.985.284,16
Abr/23	541.985.284,16	16.475.703,72	-	605,51	24.655,85	-	1.221.835,92	557.215.101,62

Mai/23	557.215.101,62	31.863.419,07	2.601,81	-	21.709,17	150.666,57	-	586.945.901,30
Jun/23	586.945.901,30	34.742.619,11	-	-	21.886,94	-	147.016,83	618.643.018,41
Jul/23	618.643.018,41	34.742.619,11			21.885,48	519.533,78	-	652.844.218,26
Ago/23	652.844.218,26	26.570.050,30	-	-605,51	24.731,61	87.491,04	- 3.304.554,72	682.605.995,12
Set/23	682.605.995,12	35.339.706,75	-	-	25.370,74	430.969,50	-	717.489.361,63
Out/23	717.489.361,63	28.526.372,71	45.884,88	-	29.796,84	216.526,80	-	745.815.295,58
Nov/23	745.815.295,58	39.908.672,34	3.153,13	-	30.000,57	446.927,94	-	785.250.192,54
Dez/23	785.250.192,54	46.089.190,47	-	-	37.819,96	326.280,99	-	830.975.282,66

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Contabilidade da Despesa

A Programação Orçamentária e Financeira para o Exercício de 2022 se encontra definida pelo Decreto nº 42.959 de 28 de janeiro de 2022 com a disposição do cronograma de mensal de desembolso do Poder Executivo.

As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais compõem a Unidade de Gestão: 320203 que caracterizam Fundo Financeiro de Previdência. A contabilização se refere ao exercício de 2022 com as seguintes descrições sintetizadas abaixo:

Tabela 5 - Despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais - UG 320203 - Fundo Financeiro de Previdência do DF

DESPESAS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	Aposentadorias RPPS Financeiro	Aposentadorias compulsórias	Aposentadorias Especiais - Atividade de Risco	APOSENTADORIAS E REFORMAS	Pensões RPPS Financeiro	PENSÕES	AUXÍLIO FUNERAL - INATIVO
JANEIRO	R\$ 285.657.064,52	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 285.657.064,52	R\$ 71.717.770,92	R\$ 71.517.770,92	R\$ 520.775,56
FEVEREIRO	R\$ 262.695.339,78	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 262.695.339,78	R\$ 70.123.052,71	R\$ 70.123.052,71	R\$ 570.015,15
MARÇO	R\$ 245.763.988,30	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 245.763.988,30	R\$ 67.586.646,82	R\$ 67.586.646,82	R\$ 713.708,52
ABRIL	R\$ 258.873.637,84	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 258.873.637,84	R\$ 69.378.646,77	R\$ 69.378.646,77	R\$ 383.540,61
MAIO	R\$ 260.967.609,42	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 260.967.609,42	R\$ 73.443.356,35	R\$ 73.443.356,35	R\$ 636.324,16
JUNHO	R\$ 278.765.660,27	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 278.765.660,27	R\$ 78.197.478,27	R\$ 78.197.478,27	R\$ 639.675,97
JULHO	R\$ 278.726.920,90	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 278.726.920,90	R\$ 71.534.290,87	R\$ 71.534.290,87	R\$ 667.463,51
AGOSTO	R\$ 282.429.493,67	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 282.429.493,67	R\$ 75.216.229,12	R\$ 75.216.229,12	R\$ 637.350,13
SETEMBRO	R\$ 287.825.535,67	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 287.825.535,67	R\$ 72.072.504,23	R\$ 72.072.504,23	R\$ 585.667,42
OUTUBRO	R\$ 290.586.049,89	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 290.586.049,89	R\$ 72.373.754,02	R\$ 72.373.754,02	R\$ 556.521,01
NOVEMBRO	R\$ 292.509.985,16	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 292.509.985,16	R\$ 73.413.782,52	R\$ 73.413.782,52	R\$ 630.148,12
DEZEMBRO	R\$ 467.058.407,81	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 467.058.407,81	R\$ 106.976.310,87	R\$ 106.976.310,87	R\$ 477.051,34
TOTAL	R\$ 3.826.199.988,38						

UNIDADE DE ATUÁRIA

A Unidade de Atuária têm como atributo a produção de estudos de tendências e cenários com a utilização de premissas atuariais para a produção dos estudos e avaliações.

A partir da elaboração de cálculos e estudos atuariais, apura-se o passivo previdenciário onde se verifica o impacto que possam causar ao Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal.

Os estudos atuariais criam subsídios para alteração e implementação de planos previdenciários para novos servidores, aposentados, e pensionistas, além de auxiliar na definição da política de investimentos do IPREV.

Avaliação Atuarial e Provisões Matemáticas

A Avaliação Atuarial apresenta os resultados dos planos de benefícios previdenciários na data-base de 31 de dezembro de 2020, em conformidade ao que dispõe o art. 3º da Portaria/MF nº 464 de 19 de novembro de 2018.

A Lei Complementar nº 932 de 03/10/2017, apresenta a relação de servidores em 2 (dois) grupos:

- **Plano Previdenciário:** abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público a partir de 27 de fevereiro de 2019; e
- **Plano Financeiro:** abrange todos os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões dos servidores efetivos que ingressaram no serviço público até 27 de fevereiro de 2019.

Entende-se como Provisão Matemática o compromisso monetário futuro líquido (pois consideram-se as obrigações futuras menos as contribuições futuras) do RPPS para com seus segurados.

As Provisões Matemáticas, dividem-se em:

- **Provisões Matemática de Benefícios à Conceder (PMBaC)** = Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS; e
- **Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** = Corresponde ao valor necessário para pagamento que já foram concedidos pelo RPPS.

Tabela 6 - Plano Previdenciário

DISCRIMINAÇÃO	Valores (R\$)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	-
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	-
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (Pensões)	(3.277.409,72)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (Pensões)	283.267,66
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	-
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	(2.994.142,06)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(2.711.679.310,67)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	2.264.980.966,00
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BaC)	189.817.551,75
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	(256.880.792,92)
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	(259.874.934,98)
(+) Ativos Financeiros	454.655.413,71
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	-
DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL	194.780.478,73

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Tabela 7 - Plano Financeiro

DISCRIMINAÇÃO	Valores (R\$)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	(92.344.305.515,80)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	9.885.605.542,67
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (Pensões)	(12.513.687.434,56)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (Pensões)	1.271.601.390,80
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	3.938.628.229,01
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	(89.762.157.787,88)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(95.936.082.511,85)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	30.139.577.957,02
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BaC)	6.013.771.902,20
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	(59.782.732.652,63)
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	(149.544.890.440,51)
(+) Ativos Financeiros	121.118.890,59
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	-
DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL	(149.423.771.549,92)

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Taxa de Administração do Regime Próprio de Previdência - RPPS

Os servidores ativos e o Distrito Federal contribuem para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 14,00% e 28,00%, respectivamente, sendo a contribuição do ente segmentada em 27,50% para o Custo Normal e 0,50% para a Taxa de Administração. Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuem com uma alíquota de 11,00% de 1 salário-mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime de Previdência e 14,00% incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

A composição de Receita de Contribuição dos dois Planos, desencadeiam-se no seguinte formato:

Tabela 8 - Receita de Contribuição - Plano Previdenciário

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO EM R\$	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA (R\$)
Servidores Ativos	Folha de salários	38.868.342,11	14,00%	5.441.567,90
Servidores Aposentados	Valor que excede o salário-mínimo	0,00	14,00%	0,00
Pensões	Valor que excede o salário-mínimo	17.678,73	11,00%	1.944,66
Distrito Federal - Custo Normal	Folha de salários	38.868.342,11	27,50%	10.688.794,08
Distrito Federal – Custeio Administrativo	Folha de salários	38.868.342,11	0,50%	194.341,71
TOTAL DE RECEITA				16.326.648,35

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Tabela 9 - Receita de Contribuição - Plano Financeiro

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA BASE DE CÁLCULO (R\$)	% CONTRIBUIÇÃO	RECEITA(R\$)
SERVIDORES ATIVOS	FOLHA DE SALÁRIOS	658.212.099,75	14,00%	92.149.693,96
SERVIDORES APOSENTADOS	EXCEDENTE AO SALÁRIO-MÍNIMO	514.230.775,76	12,23%	62.867.918,46
PENSÕES	EXCEDENTE AO SALÁRIO-MÍNIMO	78.190.956,52	12,03%	9.408.985,92
Distrito Federal – Custo Normal	FOLHA DE SALÁRIOS	658.212.099,75	27,50%	181.008.327,43
Distrito Federal – Custeio Administrativo	FOLHA DE SALÁRIOS	658.212.099,75	0,50%	3.291.060,50
	TOTAL			348.725.986,28

Fonte: Mapa Estratégico (iprev.df.gov.br)

Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA

O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, trata-se de documento exclusivo de cada Regime Próprio de Previdência Social – RPPS que registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da Avaliação Atuarial.

O Quadro-Resumo do IPREV mostra a comparação do atual exercício com os dois últimos exercícios encerrados, conforme exposição abaixo:

Tabela 10 - Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais			
Descrição	2023	2022	2021
Quantidade de Segurados Ativos	5.575.00	4918.00	3458.00
Quantidade de Aposentados	0	0	0.00
Quantidade de Pensionistas	6.00	5.00	0.00
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	6971.90	5819.35	5892.21
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	0	0	0.00
Média do Valor do Benefícios dos Pensionistas	3754.46	3719.04	0.00
Idade Média dos Segurados Ativos	36.66	36.00	35.02
Idade Média dos Aposentados	0	0	0.00
Idade Média dos Pensionistas	22.83	25.00	0.00
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	56.27	55.77	55.40

BASE TÉCNICA			
REGIMES E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO			
Método de Financiamento Adotado	Ortodoxo	Ortodoxo	Ortodoxo
RESULTADOS			
VALORES DOS COMPROMISSOS			
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	454.655.413.71	213.607.607.59	78.807.823.16
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	3.277.409.72	3.431.212.59	0
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	283.267.66	298.659.92	0
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	2.994.142.06	3.132.552.67	0
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	2.711.679.310.67	3.987.032.273.84	2.583.320.530.92

Fonte: CADPREV/DRAA

DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

A Diretoria de Previdência é a Unidade responsável pela formulação de políticas públicas previdenciárias do Instituto através da concessão e manutenção dos benefícios previdenciários que se encontram dispostos na legislação previdenciária.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de política de gestão e controle das bases de dados cadastrais previdenciárias além da prestação de informações ao Conselho de Administração no que seja pertinente dentre demais atividades de cunho previdenciário.

Concessão de Aposentadoria/Pensões

Durante o exercício de 2023, a DIPREV por meio de suas Unidades Organizacionais realizara as concessões de aposentadoria e/ou pensões no total de 1007 concessões de aposentadoria e 428 pensões no exercício, conforme quadro abaixo:

Tabela 11 - Concessões de Aposentadoria/Pensões

SEMESTRE	APOSENTADORIA	PENSÕES
1º SEMESTRE	412	208
2º SEMESTRE	595	220
TOTAL	1.007	428

Fonte: DIPREV

Análise dos Atos de Concessão de Aposentadoria e Pensões

As análises referentes aos atos de concessão de aposentadorias e pensões em formato tempestivo foram realizadas por meio da Ordem de Serviço nº 06, DODF nº116, p. 20, cujos os trabalhos se realizaram por meio de Unidade criada específica para os trabalhos. As atividades estão contempladas no Processo SEI nº 00413-00002884/2023-34 com a emissão do Relatório Final de Auditoria Previdenciária nos mesmos autos (121462672), por meio de amostragem nos atos de concessão de pensão e aposentadorias.

Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR

O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses, trata-se de documento destinado a informações gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e possui exigência legal através da Portaria MPS nº 21/2013.

O DIPR só possui validade a partir do envio da Declaração de Veracidade pelo CADPREV-WEB e o Demonstrativo registra os valores arrecadados, bases de cálculos, dentre outras informações necessárias à verificação do caráter contributivo e dos recursos previdenciários dos RPPS.

De acordo com as informações, o DIPR referente ao fechamento do 2º semestre, traz em síntese, os seguintes registros:

Tabela 12

9 - N° DE BENEFICIÁRIOS (somatório das folhas do ENTE e da UNIDADE GESTORA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
9.1 - SERVIDORES	10.630	10.599	66.742	66.545	77.372	77.144

9 - N° DE BENEFICIÁRIOS (somatório das folhas do ENTE e da UNIDADE GESTORA)	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
9.2 - APOSENTADOS		1	60.842	60.921	60.842	60.922
9.3 - PENSIONISTAS	8	8	13.627	13.666	13.635	13.674
9.4 - DEPENDENTES	3.993	3.990	53.464	53.220	57.457	57.210

10 - INGRESSOS DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
10.1 - Contribuições	28.371.385,94	31.544.382,23	377.234.078,21	396.549.853,06	405.605.464,15	428.094.235,29
10.2 - Aportes			445.294.220,19	443.167.844,24	445.294.220,19	443.167.844,24
10.3 - Parcelamentos					0,00	0,00
10.4 - Acréscimos legais de contribuições					0,00	0,00
10.5 - Contribuições relativas aos servidores cedidos ou licenciados					0,00	0,00
10.6 - Recebimento de compensação financeira			112.619.603,90	52.066.420,98	112.619.603,90	52.066.420,98
10.7 - Receitas líquidas de aplicações financeiras e investimentos	11.051.771,42	14.251.411,39	128.070.744,50	195.311.442,20	139.122.515,92	209.562.853,59
10.8 - Rendimentos demais ativos					0,00	0,00
10.9 - Outras Receitas					0,00	0,00

11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
11.1 - Aposentadoria		1.628,00	702.108.704,89	876.540.046,85	702.108.704,89	876.541.674,85
11.2 - Pensão por morte	33.192,81	86.516,23	106.524.813,71	140.185.464,73	106.558.006,52	140.271.980,96
11.3 - Auxílio-Doença					0,00	0,00
11.4 - Salário-Maternidade					0,00	0,00
11.5 - Salário-Família					0,00	0,00
11 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
11.6 - Auxílio-Reclusão	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
11.6 - Auxílio-Reclusão					0,00	0,00
11.7 - Decisões judiciais (benefícios)					0,00	0,00
11.8 - Benefícios de responsabilidade do Tesouro					0,00	0,00
11.9 - Despesas Administrativas			1.648.226,53	2.066.749,68	1.648.226,53	2.066.749,68
11.10 - Despesas com investimentos					0,00	0,00
11.11 - Restituições e outras compensações pagas					0,00	0,00
11.12 - Pagamento de Compensação Financeira			185,51	371,02	185,51	371,02
11.13 - Outras Despesas			630.148,12	477.051,34	630.148,12	477.051,34
12 - RESULTADO FINAL	PLANO PREVIDENCIÁRIO		PLANO FINANCEIRO		TOTAL DO RPPS	
12.1 - TOTAL DE INGRESSOS	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
12.1 - TOTAL DE INGRESSOS	39.423.157,36	45.795.793,62	1.063.218.646,80	1.087.095.560,48	1.102.641.804,16	1.132.891.354,10
12.2 - TOTAL DE UTILIZAÇÃO	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
12.2 - TOTAL DE UTILIZAÇÃO	33.192,81	88.144,23	810.912.078,86	1.019.269.683,62	810.945.271,67	1.019.357.827,85
12.3 - RESULTADO FINAL APURADO	NOV	DEZ	NOV	DEZ	NOV	DEZ
12.3 - RESULTADO FINAL APURADO	39.389.964,55	45.707.649,39	252.306.567,94	67.825.876,86	291.696.532,49	113.533.526,25

Fonte: DIPREV

Compensação Previdenciária

A Compensação previdenciária se encontra regulamentada por meio do Decreto nº 10.188/2019 de 20 de dezembro de 2019 que trata da diferença entre o Regime Geral de Previdência e os Regimes Próprios de Previdência da União, Estados e Municípios para a contabilização em conjunto com o tempo de contribuição para fins de aposentadoria.

O saldo de Compensação Previdenciária compreende o somatório do fluxo mensal, acumulado e de estoque do Regime Geral de Previdência – RGPS em acordo com a Legislação, ao qual se elenca abaixo:

Tabela 13 - Compensação Previdenciária - COMPREV - Exercício 2023

MÊS DE COMPETÊNCIA	FLUXO MENSAL (1)						FLUXO ACUMULADO (2)		
	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	13º FLUXO	LÍQUIDO	VALOR PAGO AO INSS	SALDO	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	SALDO
JAN	20.051.850,33	-249.772,09	R\$ -	19.802.078,24	-83.943,60	19.718.134,64	R\$ -	-469.655,11	-469.655,11
FEV	20.085.816,85	-210.618,94	R\$ -	19.875.197,91	-99.200,16	19.775.997,75	6.433.150,37	-283.867,55	6.149.282,82
MAR	20.166.326,77	-289.851,04	R\$ -	19.876.475,73	-392.237,64	19.484.238,09	10.921.854,52	0,00	10.921.854,52
ABR	20.211.751,69	-8.144,22	R\$ -	20.203.607,47	-101.547,14	20.102.060,33	6.264.711,24	0,00	6.264.711,24
MAI	19.967.849,81	14.894.235,48	R\$ -	5.073.614,33	-101.256,54	4.972.357,79	8.002.224,32	-157.880,05	7.844.344,27
JUN	19.940.355,09	-614.044,91	R\$ -	19.326.310,18	-101.088,30	19.225.221,88	222.324,91	0,00	222.324,91
JUL	19.955.118,45	0,00	R\$ -	19.955.118,45	-101.088,30	19.854.030,15	1.723.646,04	0,00	1.723.646,04
AGO	20.073.862,18	-364,73	R\$ -	20.073.497,45	-101.088,30	19.972.409,15	14.813.164,87	53.077,06	14.866.241,93
SET	20.206.154,59	-11.894,50	R\$ -	20.194.260,09	-101.088,30	20.093.171,79	16.452.010,15	106.644,83	16.558.654,98
OUT	40.383.110,94	-5.093.485,48	R\$ -	35.289.625,46	-202.176,60	35.087.448,86	16.721.137,56	0,00	16.721.137,56
NOV	20.709.182,98	-568.285,35	R\$ -	20.140.897,63	-101.088,30	20.039.809,33	35.815.432,39	1.505.998,94	37.321.431,33
DEZ	23.506.297,38	-474.638,68	R\$ -	23.031.658,70	-101.088,30	22.930.570,40	20.852.419,10	2.031.549,78	22.883.968,88
TOTAL	R\$ 265.257.677,06	R\$ - 22.415.335,42	R\$ -	R\$ 242.842.341,64	R\$ - 1.586.891,48	R\$ 241.255.450,16	R\$ 138.222.075,47	R\$ 2.785.867,90	R\$ 141.007.943,37

MÊS DE COMPETÊNCIA	ESTOQUE RPPS (3)					
	VALOR BRUTO	VALOR GLOSA	LÍQUIDO	VALOR PAGO AO INSS	SALDO	SALDO DA COMPENSAÇÃO (1+2+3)
JAN	0,00	-26.325,31	-26.325,31	R\$ -	-26.325,31	19.222.154,22
FEV	0,00	0,00	0,00	R\$ -	0,00	25.925.280,57
MAR	119.668,20	0,00	119.668,20	R\$ -	119.668,20	30.525.760,81
ABR	58.110,86	0,00	58.110,86	R\$ -	58.110,86	26.424.882,43
MAI	1.457,69	-6.592,72	-5.135,06	R\$ -	-5.135,06	12.811.567,00
JUN	0,00	0,00	0,00	R\$ -	0,00	19.447.546,79
JUL	0,00	0,00	0,00	R\$ -	0,00	21.577.676,19
AGO	192.048,15	0,00	192.048,15	R\$ -	192.048,15	35.030.699,23
SET	8.516,33	0,00	8.516,33	R\$ -	8.516,33	36.660.343,10
OUT	50.610,66	0,00	50.610,66	R\$ -	50.610,66	51.859.197,08
NOV	153.707,91	0,00	153.707,91	R\$ -	153.707,91	57.514.948,57
DEZ	310.205,06	0,00	310.205,06	R\$ -	310.205,06	46.124.744,34
TOTAL	894.324,86	-32.918,06	861.406,80	R\$ -	861.406,80	383.124.800,33

Fonte: COMPREV/IPREV

CONTROLADORIA

A Unidade de Controladoria é responsável pelo controle interno, auditoria, correição, gestão de riscos e ouvidoria da Instituição. Cabe a Controladoria oferecer orientação preventiva aos gestores do IPREV na identificação antecipada de riscos, adoção de medidas e estratégias de gestão com o propósito de correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e cumprimento de normas.

Monitoramento de Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

O IPREV mantém como forma de controle, o monitoramento constante e contínuo sobre o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. A regularidade permite a realização de transferências voluntárias de recursos pela União, celebração de acordos, contratos, convênios e ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União e da liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais, de acordo com a Lei nº 9.717 de 1998.

O Certificado no fim do exercício de 2023, encontra-se REGULAR, conforme validade abaixo:

Imagem 1 - Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Ente Federativo: Governo do Distrito Federal UF: DF
CNPJ Principal: 00.394.601/0001-26

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O ENTE ESTÁ EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 1998, E AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS ESTÃO SUSPENSAS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do estado

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <https://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

EMITIDO EM 04/06/2023
VÁLIDO ATÉ 01/12/2023



N.º 974001 - 220772

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

A Diretoria de Investimentos coordena os recursos do IPREV por segmentos de ativos conforme a pactuação na política de investimentos e das deliberações do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR.

A Unidade realiza análise quanto ao cenário macroeconômico para observar os reflexos no patrimônio dos fundos administrados pelo IPREV além de propor a Política Anual de Investimentos e suas revisões para deliberação da Diretoria Executiva – DIREX e do Conselho de Administração – CONAD.

Demonstrativo de Aplicações e Investimentos de Recursos - DAIR

O Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR apresenta mensalmente as informações sobre as carteiras de investimentos do RPPS além dos dados cadastrais do ente federativo, da unidade gestora do RPPS e seus respectivos responsáveis.

A apresentação do Demonstrativo neste Relatório irá proporcionar densidade longa, e diante da quantidade, sugere-se consulta ao site: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml>. Entretanto, cabe registrar o total de recursos, assim discriminados abaixo:

Tabela 14 -

TOTAL DE RECURSOS DO RPPS PARA CÔMPUTO DOS LIMITES	R\$ 6.240.401.312,04
TOTAL GERAL DE RECURSOS DO RPPS	R\$ 7.263.385.361,74

Fonte: CADPREV

Política de Investimentos

A Política de Investimentos se encontra regulada pela Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 que trata da organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social – RPPS. A Política contempla a adoção de métodos que possam promover a ampliação dos recursos através da utilização de fundos de investimento em observância aos critérios relacionados a boa qualidade de gestão, ambiente de controle interno, histórico, experiência de atuação e outros destinados à mitigação de riscos.

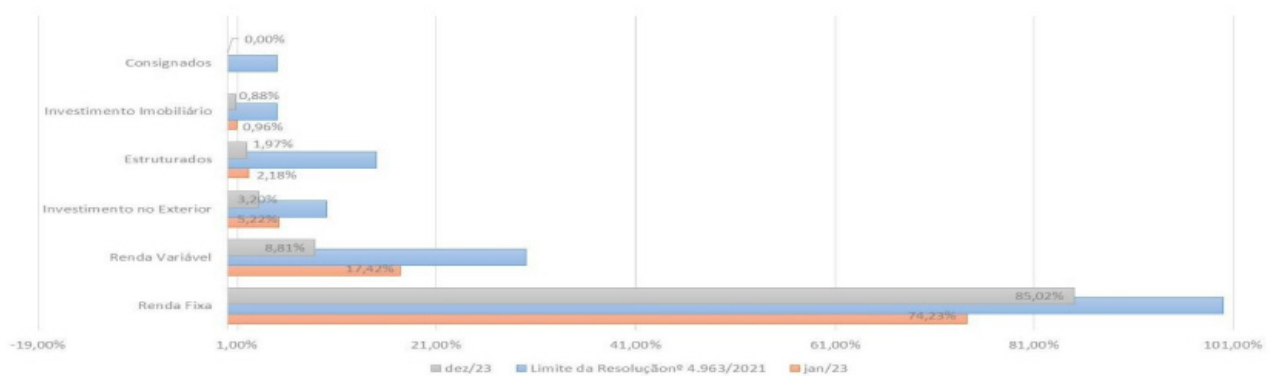
A Política é elaborada e proposta pela Diretoria de Investimentos e submetida à aprovação do Comitê de Investimento e Análise de Riscos onde será apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração – CONAD.

A Política se encontra disponível no website do Iprev por meio do link: <https://www.iprev.df.gov.br/politica-de-investimento/>

Carteira de Investimentos

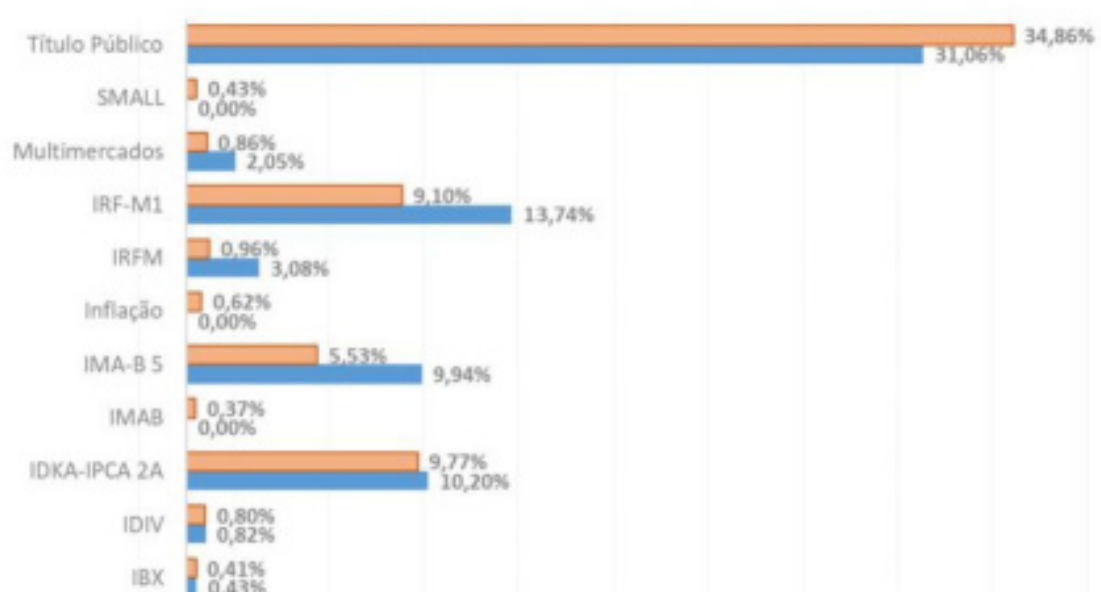
A Carteira de Investimentos, com posição no 2º semestre de 2023, traz os investimentos que foram realizados e suas capitalizações de acordo com a Política de Investimentos. De acordo com o mês de setembro, a carteira se encontra subdividida na seguinte composição:

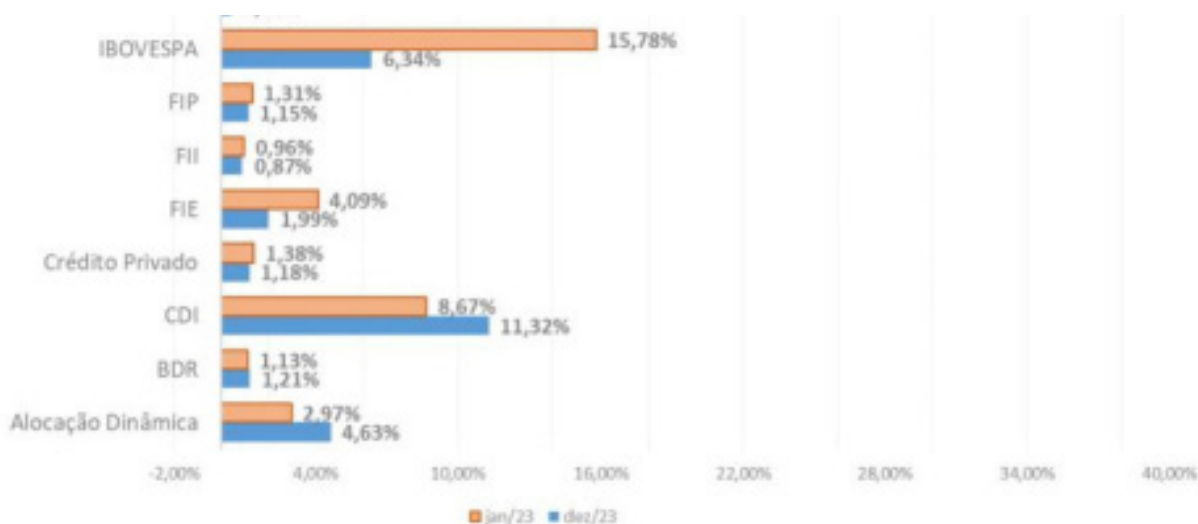
Gráfico 1 - Fundo Solidário Garantidor



Fonte: DIRIN/IPREV

Gráfico 2 - Composição da Carteira do FSG 2º SEM 2023





Fonte: DIRIN/IPREV

**Tabela 15 - Detalhamento do acumulado no mês de Junho/23
Fundos de investimento do Fundo Financeiro**

Nome	Rent. Acumulada (ano)	Rent. Semestral	Rendimento em Dezembro	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	23.231.041,56	12.496.506,70	2.125.007,40	28.585.475,35
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	432.760,52	384.500,81	57.223,12	6.159.610,40
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	16.864.241,68	15.742.121,96	3.727.446,93	650.279.728,53
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	30.651,66	12.130,27	1.803,97	201.761,41

Fonte: DIRIN/IPREV

**Tabela 16 - Detalhamento do acumulado do 2º semestre
Fundos de Investimento da Taxa de Administração**

Nome	Rent. Acumulada (ano)	Rent. semestral	Rendimento em Dezembro	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 209.010,25	105.063,62	R\$ 4.537,36	R\$ 995.034,33
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 103,81	46,52	R\$ 7,37	R\$ 1.004,10
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 4.065,05	2.948,62	R\$ 846,95	R\$ 74.153,33
CEF FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO	R\$ 263,73	263,73	R\$ 49,76	R\$ 5.431,33

Fonte: DIRIN/IPREV

Tabela 17 - Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação no 2º semestre de 2023

Benchmark	Valor	%	Rendimentos no Mês	Rendimentos 2º Semestre	Rendimentos Acumulado
Alocação Dinâmica	R\$ 13.711.277,14	1,65%	R\$ 215.730,36	R\$ 658.225,09	R\$ 1.868.054,56
BDR	R\$ 8.851.362,86	1,07%	R\$ 223.932,82	R\$ 740.314,41	R\$ 1.781.565,56
CDI	R\$ 31.221.223,73	3,76%	R\$ 265.676,71	R\$ 3.411.215,36	R\$ 14.600.865,15
Crédito Privado	R\$ 23.670.896,07	2,85%	R\$ 229.833,89	R\$ 1.540.518,83	R\$ 2.887.652,81
FIE	R\$ 8.220.710,44	0,99%	R\$ 273.658,54	R\$ 693.680,98	R\$ 701.198,62
FII	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
FIP	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
IBOVESPA	R\$ 38.935.436,71	4,69%	R\$ 2.560.462,01	R\$ 3.309.602,59	R\$ 4.761.283,67
IBX	R\$ 1.978.328,85	0,24%	R\$ 109.235,89	R\$ 208.705,09	R\$ 300.472,78
IDIV	R\$ 6.924.509,05	0,83%	R\$ 386.462,64	R\$ 763.770,37	R\$ 916.327,88
IDKA-IPCA 2A	R\$ 50.099.580,24	6,03%	R\$ 694.927,46	R\$ 2.351.901,21	R\$ 5.091.484,60
IMAB	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
IMA-B 5	R\$ 131.678.152,45	15,85%	R\$ 1.893.022,80	R\$ 5.447.199,34	R\$ 9.760.142,00
Inflação	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
IRFM	R\$ 36.217.491,44	4,36%	R\$ 521.377,38	R\$ 1.467.491,44	R\$ 1.467.491,44
IRF-M1	R\$ 124.082.193,27	14,93%	R\$ 1.098.488,51	R\$ 7.390.003,64	R\$ 14.285.718,82
Multimercados	R\$ 6.269.465,34	0,75%	R\$ 308.271,86	R\$ 612.547,77	R\$ 1.280.916,01
SMALL	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Título Público	R\$ 349.114.653,16	42,01%	R\$ 2.835.374,58	R\$ 5.200.708,35	R\$ 6.693.340,69
	R\$ 830.975.280,75		R\$ 11.616.455,45	R\$ 33.795.884,47	66.396.514,59

Fonte: DIRIN/IPREV

Ativos Não Financeiros

A Carteira de Imóveis é composta por 44 imóveis incorporados ao patrimônio pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG pela Lei Complementar nº 917/2016 e pela Lei Distrital nº 5.729/2016. Outras atividades que compõem os ativos não financeiros são de rentabilizar os bens, ativos e direitos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor através de Participação Acionária, Dividendos e Juros sobre capital próprio das Estatais onde possui ação, permissão de uso a título oneroso, através da seguinte composição:

Tabela 18 - Detalhamento de Receitas do FSG

Item	Receitas Acumuladas	Transferência Totais	TOTAL
Imóveis	733.423,75	-	733.423,75
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	166.371.040,85	131.328.096,66	35.042.944,19
Outorga PPP GDF	3.800.000,00	3.800.000,00	0,00
Dividendos/JCP Estatais GDF	325.573.589,59	325.573.589,59	0,00
Direito Superfície - Estacionamentos	-	-	0,00
Direito Superfície - Reg. Fundiária	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	616.467.856,49	616.467.856,49	0,00
TOTAL -->>	1.112.945.910,68	1.077.169.542,74	35.776.367,94

Demonstrativo das Políticas de Investimento - DPIN

O Demonstrativo das Políticas de Investimento – DPIN dispõe sobre a aplicação dos recursos do RPPS mediante o envio à Previdência. No DPIN pode-se consultar os dados do ente, meta de rentabilidade e resumo analítico de diversas avaliações técnicas e suas estratégias conforme a Resolução 3922 do CMN e da Portaria MPS nº 519/2011.

A apuração referente ao exercício de 2023 se constitui no seguinte formato:

Tabela 19 - Detalhamento de Receitas do FSG

FUNDOS / PLANOS CONSTITUÍDOS		
CNPJ	Nome	Natureza
10.203.387/0002-18	Fundo Financeiro de Previdência dos Servidores do DF	Civil - Financeiro
33.863.225/0001-20	Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal	Civil - Previdenciário
10.203.387/0003-07	Fundo Solidário Garantidor dos Servidores do Distrito Federal	Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO								
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE null (%)	META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO	RESUMO DA ESTRATÉGIA	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS	
							LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
Investimentos no Exterior	Fundo de Ações BDR Nível 1	10,00	R\$ 1.000.000,00 (%) 100,00	Limite Superior: 10,00 Limite Inferior: 10,00 Estratégia Alvo: 100,00				

ESTRATÉGIAS DESCRITIVAS	
SEGMENTO	Investimentos no Exterior
O TIPO DE ATIVO	Fundo de Ações BDR Nível 1
ESTRATÉGIAS	Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento - formação de preços
	Vedações, restrições e limites estabelecidos para investimento, inclusive de concentração para títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de e uma mesma pessoa jurídica ou partes relacionadas
	Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação de recursos do RPPS
	Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito dos ativos e da qualidade de gestão
	Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados
DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO - DEMAIS ATIVOS				
SEGMENTO	O TIPO DE ATIVO	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
Imóveis	Casa	R\$ 9.839.000,00	Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permítas (7 Blocos no Total). Dessa forma, a Casa 05, Conjunto 0, Lote 3.d, integra o 1º Bloco (MORCÓ); visando venda imediata, mediante procedimento judicial ou integralização em FI (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação); Preço Estimado: Até o final de 2020; Já a Casa 14, Conjunto A-4, Lote 12, Sobradinho, integra o 1º Bloco (MORCÓ e AMARILÓ); visando venda imediata, mediante procedimento judicial ou integralização em FI (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação). Assenta-se a possibilidade de venda.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SUI nº 00410-00003040/2019-21 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de Investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as "transações a mercado" subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da responsabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terceira, agência oficial distribuída na operacionalização de atividades imobiliárias.
Imóveis	Apartamento	R\$ 16.790.000,00	Avaliação da Situação Mercadológica e Jurídica do Ativo:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária.
			Estratégias a serem adotadas para carregamento de posição ou desinvestimento:	A proposta estabelecida no Plano de Gestão Imobiliária foi de dividir em 6 blocos mais 1 Bloco de Permítas (7 Blocos no Total). Dessa forma, os apartamentos da 505-015, Bloco B, Apartamentos 601/602 e 607/608 tem como a 505-201, Bloco A, Apartamentos 208/209, 501, 503, 601, 505, 604, 608 e os da 808-215, Bloco B, Apartamentos 104, 212 e 403 integram o 1º Bloco (MORCÓ e AMARILÓ); visando venda imediata, mediante procedimento judicial ou integralização em FI (dependendo dos custos e da complexidade de estruturação). Preço Estimado: Até o final de 2020. Já os da 505-200, Bloco A, Apartamentos 101, 404 e 500; bem como os da 505-015, Bloco C, Apartamentos 604 e os 505-400, Bloco D, Apartamentos 102, integram o 7º Bloco (MORCÓ); proposta de permissão por outros imóveis do SIF.
			Metodologia adotada para precificação e avaliação:	A avaliação e reavaliação periódica foi solicitada pelo processo SUI nº 00410-00003040/2019-21 e são de extrema importância, quando avaliadas sob a ótica de Investimento. Tal entrada no patrimônio do RPPS pelo valor justo e as "transações a mercado" subsequentes corroboram os princípios impostos pela LC 769/2009 e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em especial o da transparência e o da responsabilidade. As reavaliações serão feitas preferencialmente pela Terceira, agência oficial distribuída na operacionalização de atividades imobiliárias.

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE

A Diretoria de Governança, Projetos e Compliance é a Unidade responsável pelos projetos, ações estratégicas, monitoramento, avaliação de resultados do IPREV.

A Unidade estabelece o Planejamento Estratégico Institucional bem como a programação e acompanhamento de suas ações. Auxilia no desenvolvimento do IPREV, gestão de integridade e compliance.

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico Institucional do IPREV se encontra em andamento com o início para o ano de 2021 e encerramento em 2025. O Mapa Estratégico foi aprovado para o quadriênio em 16/12/2020, através do processo nº00413-00003261/2020-36 e se encontra com as seguintes características:

Imagem 2 - Mapa Estratégico 2021- 2025



Fonte:

Certificação Pró-Gestão

Como parte do Planejamento Estratégico do IPREV, a Governança tem como meta promover a certificação pró-gestão do IPREV. Para isso, a Governança estabeleceu como meta nos projetos estratégicos a certificação pró-gestão. Como critério para alcance, houve a contratação de empresa credenciada pela Previdência Social por meio do processo nº 00413-00000583/2021-12 com a publicação do Contrato no DODF nº 212 de 12 de novembro de 2021, onde a entidade obteve a certificação em padrão nível II.

A certificação incentiva os Institutos de Previdência a adotarem boas práticas de gestão onde possuem como funções basilares os Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

Esta certificação trata como um reconhecimento de que a Autarquia vem adotando as melhores práticas de gestão previdenciária, proporcionando um maior controle dos seus ativos e passivos com maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

Mapeamento e Elaboração de Manual de Processos

A Governança realiza o mapeamento e modelos de processos para produzir opções de gerenciamento e indicação dos processos de negócios. O mapeamento e elaboração de manual, possui disposição no próprio manual de pró-gestão desenvolvido pela Secretaria de Previdência.

Existem projetos em revisão que fazem parte dos projetos estratégicos para desenvolver padrões estabelecidos pelo pró-gestão. Atualmente são eles:

- Revisão de Aposentadorias;
- Concessão de Pensão;
- Revisão de Pensão;
- Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios e;
- Aposentadorias: compulsória, especial, invalidez e voluntária.

CONCLUSÃO

O Relatório de Controle Interno tem como objetivo identificar de forma sucinta as Unidades pertencentes ao IPREV no intuito de estabelecer os fatores-chave Institucionais; apresentação de Planos de Contas Contábil, dos Fundos Previdenciários, critérios de premissas atuariais, metodologia aplicada aos investimentos, critérios de Governança e Compliance.

Tem-se como propósito facilitar o Gestor quanto à tomada de decisão na melhoria de processos internos institucionais, ao passo de promover maior controle, transparência, eficácia administrativa, bem como antecipar aos riscos iminentes através de Planos de Contingenciamento. Ao utilizar estas ferramentas, há de se produzir maior interface na Gestão Previdenciária do Distrito Federal e conseqüentemente na criação de melhores serviços aos aposentados e pensionistas desta Autarquia Previdenciária.



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal